



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS-CSHNB
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



INFLUÊNCIA DO SETOR DE TRABALHO INFORMAL NA ECONOMIA DO PIAUÍ

Laruany Adalgiza de Figueiredo Silva¹

Renan Gomes de Moura²

PICOS-PI

2022

¹ SILVA, Laruanly Adalgiza de Figueiredo. Graduanda em Administração na Universidade Federal do Piauí – UFPI/CSHNB.

² MOURA, Renan Gomes de. Doutorando em Administração na Universidade do Grande Rio. Professor orientador.

Laruary Adalgiza de Figueiredo Silva

INFLUÊNCIA DO SETOR DE TRABALHO INFORMAL NA ECONOMIA DO PIAUÍ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Piauí – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros como requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Me. Renan Gomes de Moura

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros
Biblioteca Setorial José Albano de Macêdo
Serviço de Processamento Técnico

S586i Silva, Laruany Adalgiza de Figueiredo
Influência do setor de trabalho informal na economia do Piauí /
Laruany Adalgiza de Figueiredo Silva – 2022.

Texto digitado

Indexado no catálogo *online* da biblioteca José Albano de Macêdo -
CSHNB

Aberto a pesquisadores, com as restrições da biblioteca

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal
do Piauí, Bacharelado em Administração, Picos-PI, 2022.

“ Orientador: Me. Renan Gomes de Moura”

1. Economia Informal. 2. Informalidade. 3. Trabalho. I. Moura,
Renan Gomes de. II. Título.

CDD 331.13



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Rua Cícero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos –PI.
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA
DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

LARUANY ADALGIZA DE FIGUEIREDO SILVA

INFLUÊNCIA DO SETOR DE TRABALHO INFORMAL NA ECONOMIA DO
PIAUÍ

A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a presidência da primeira, considera a discente como:

(X) Aprovado(a)

() Aprovado(a) com restrições

Observações: a nota está condicionada a entrega do TCC final com todas as alterações sugerida pela banca nos prazos previamente estabelecidos.

Picos (PI), 08 de março de 2022.

(Orientador – Renan Gomes de Moura, Mestre em Administração.)

DocuSigned by:

03F322D6DFBA451...

(Membro 1 – Paloma de Lavor Lopes, Mestre em Ciências Econômicas)

(Membro 2 – Elias Antonio da Rocha, Especialista em Gestão Estratégica)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a influência do mercado informal na economia piauiense. O setor informal apresenta características complexas, porque além de ser considerado bastante heterogêneo, ainda compreende um amplo contingente de pessoas, capazes de desenvolver atividades diversas. Seus principais objetivos se concentram em analisar as forças econômicas desenvolvidas através do mercado de trabalho informal no estado do Piauí e os motivos que levam os trabalhadores a atuar de forma informal no mercado. A pesquisa, estruturada por meio de pesquisa bibliográfica e fontes on-line, evidenciou que o estado do Piauí possui um dos maiores índices de informalidade, reflexo de questões complexas como a falta de acesso ao ensino técnico e superior. Os setores da agropecuária, turismo e extrativismo vegetal constituem os principais mercados empregadores de mão de obra informal no estado no momento da construção desta pesquisa.

Palavras-chave: Economia Informal. Informalidade. Trabalho.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the influence of the informal market on the Piauí economy. The informal sector has complex characteristics, because in addition to being considered quite heterogeneous, it also comprises a large contingent of people, capable of carrying out different activities. Its main objectives focus on analyzing the economic forces developed through the informal labor market in the state of Piauí and the reasons that lead workers to act informally in the market. The research, structured through bibliographic research and online sources, showed that the state of Piauí has one of the highest rates of informality, reflecting complex issues such as lack of access to technical and higher education. The agriculture, tourism and plant extractivism sectors are the main employers of informal labor markets in the state at the time of construction of this research.

Keywords: Informal Economy. Informality. Job.

1 INTRODUÇÃO

A expansão do trabalho informal é vista como um dos maiores desafios enfrentados pelos variados governos até então vigentes no país, devido à dificuldade em fomentar oportunidades de emprego formal de qualidade à população brasileira, principalmente em um cenário pós-crise mundial. O trabalho informal ampliou-se no Brasil entre meados de 1980 e 1990, e foi encarado como a melhor alternativa de sobrevivência diante da falta de políticas públicas capazes de inserir os trabalhadores no mercado formal (OLIVEIRA, 2005).

O setor informal apresenta características complexas, porque além de ser considerado bastante heterogêneo, ainda compreende um amplo contingente de pessoas, capazes de desenvolver atividades diversas (MARQUES, 2018). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a informalidade é comumente relacionada ao desenvolvimento de atividades realizadas a margem de qualquer regulamentação, controle ou auxílio por parte do poder público. Este cenário é caracterizado pela produção em pequena escala, reduzido emprego de técnicas, mercados desregulamentados e competitivos, em que é difícil distinguir a quase inexistente diferença entre capital e trabalho. Além disto, esta modalidade de serviço é marcada pela inexistência de um vínculo empregatício, ou seja, o trabalhador não tem registro e por conta disso não paga os encargos governamentais devidos, custando menos para os empregadores (IBGE, 2012).

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) por meios de dados divulgados em 2019 pelo IBGE, desde a década de 1990 a informalidade tem sofrido elevações, todavia, desde os estudos iniciados em 2002 foi no ano de 2018 onde a informalidade atingiu o nível máximo da pesquisa (IBGE, 2019). Nota-se, portanto, a importância de estudos que tratem do estágio e caracterização de desenvolvimento socioeconômico para o país. Para tanto, é necessário entender a realidade local e de que forma o trabalho informal praticado pelos trabalhadores no estado contribuem para o fortalecimento da economia, visando assim auferir a importância e atuação desse mercado na economia piauiense, procurando conhecer a realidade de proprietários de estabelecimentos não cadastrados, trabalhadores a cargos de si mesmos, assim como outros contribuintes para tal realidade e através dos dados coletados, analisar o exercício e crescimento da heterogeneidade do mercado.

Os estudos estatísticos disponíveis atualmente são compostos em sua maioria por dados coletados e divulgados pelo IBGE. Tais dados – disponíveis no portal do órgão³ – mostram que no ano de 2016, a proporção de pessoas com 16 anos ou mais em trabalho formal no estado do

³ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/panorama>>. Acesso em 16/02/2022

Piauí era de apenas 31,4%, o que o colocava na penúltima posição do ranking nacional, com 27 unidades federativas.

Com base nos dados supracitados, foi possível inferir sobre a realidade da informalidade no mercado de trabalho do estado do Piauí, e atentou-se para a necessidade do desenvolvimento desta pesquisa com o intuito de enriquecimento e alimentação do banco de dados, como também a preocupação do estudo sobre o tema por parte de entidades locais. Observou-se que os estudos encontrados discutem o setor informal apenas pela perspectiva econômica, sem que haja uma abordagem administrativa e ampliada sobre o assunto. Diante do exposto, ao realizar o presente trabalho busca-se avaliar as características do setor informal no estado do Piauí e sua contribuição para o fortalecimento da economia.

Nos últimos anos, sobretudo no contexto da pandemia da COVID-19, com a falência e fechamento de empresas, inflação elevada, uma crise econômica em curso, o mercado informal alavancou e tornou-se alternativa para muitos brasileiros para garantir a subsistência. De acordo com dados do IBGE, noticiados pelo Portal de Notícias da Globo (G1), na TV Clube, afiliada da Globo, o trabalho informal cresceu 13% no Piauí em 2021 e o Estado apresenta a menor taxa de desocupação desde 2016. Ocupados são aqueles com idade maior de 14 anos com emprego formal ou informal. Em 2021, o Piauí alcançou o quarto maior índice do país em informalidade, com uma taxa de 56,9%. Desse modo, observa-se a necessidade de discutir o mercado de trabalho informal sob uma óptica ampliada e multifacetada.

O presente trabalho tem como objetivo geral compreender o desenvolvimento econômico do setor informal no estado do Piauí a partir das motivações que levam as pessoas a optarem pelo trabalho informal e os efeitos deste para a economia do estado por meio de dados coletados pelo PNAD em 2019 e divulgados pelo IBGE. Os objetivos específicos se concentram em analisar as forças econômicas desenvolvidas através do mercado de trabalho informal no estado do Piauí; identificar os pontos negativos e positivos da informalidade do mercado do estado do Piauí; conhecer os meios de atuação da informalidade no mercado de trabalho do estado do Piauí;

O trabalho está dividido em cinco seções, a contar desta introdução, em que se realizou uma apresentação geral do assunto. Na seção posterior está disposto o referencial teórico, onde foram realizadas contextualizações acerca da economia brasileira, empreendedorismo e um resumo sobre o impacto do trabalho informal na economia piauiense. Em seguida, expôs-se as escolhas metodológicas da pesquisa, seguida da discussão dos resultados obtidos por meio de consultas aos dados do IBGE. Por fim, foram realizadas as considerações finais da pesquisa, destacando os pontos de maior relevância no trabalho.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Economia Brasileira

A economia colonial (1530-1822), apesar da maioria da literatura levar em consideração apenas o mercado de trabalho no Brasil e sua organização a partir do período republicano, consideramos essencial realizar o levantamento histórico desde os primeiros passos do Brasil, para compreendermos todas as heranças atribuídas até nosso século.

Os portugueses adentraram no Brasil em 1500, porém, apenas em 1530 foi estruturada a primeira expedição com o intuito de ocupar o território, levando consigo a ideia de iniciar o cultivo da cana-de-açúcar. Desse modo, com as plantações sendo estruturadas nas terras brasileiras, tornava-se necessária mão de obra para plantação e colheitas da cana-de-açúcar, porém os portugueses não detinham de muita mão de obra, pois a população de Portugal possuía cerca de dois milhões de habitantes, dessa maneira, com a falta de trabalhadores para o campo, começaram a surgir à relação da colonização portuguesa e a escravidão no Brasil. Caio Prado Jr. (2017, p.34) destaca:

(...) a escravidão torna-se, assim, uma necessidade: o problema e a solução foram idênticos em todas as colônias tropicais e mesmo subtropicais da América. Nas inglesas, onde se tentaram, a princípio, outras formas de trabalho, aliás, uma semiescravidão de trabalhadores brancos, os *indentured servants*, a substituição pelo escravo não tardou muito.

Segundo Coêlho (2017), os indígenas que já habitavam as terras que estavam sendo descobertas já tinham contribuído para exploração da extração do pau- Brasil, desse modo, foram os primeiros a serem escravizados pelos colonos, porém, não se adaptaram ao sistema de produção das lavouras de cana- de- açúcar, levando os colonos portugueses à escravização dos africanos. Segundo Pires (2014) o tráfico de escravos do continente africano para o território brasileiro foi determinante para a estrutura econômica do período, com uma incompatibilidade essencial entre o comércio de escravos e o mercado de trabalho. Verifica-se que mesmo o escravo aparecendo como um trabalhador, não detinha de direito de negociação de sua força de trabalho, convivendo assim a inexistência de um mercado de trabalho com a exploração de uma massa trabalhadora.

Segundo Ianni (2004, p. 233), com essa dinâmica “o escravo estava contribuindo a formar o operário”, correlacionando diretamente esses acontecimentos e o surgimento do mercado de trabalho no país. Nesse aspecto, com o período da predominância da escravidão no Brasil, não dava abertura para o comércio informal, tornando- se a população que possuía pequenos comércios em uma parcela de trabalhadores economicamente e socialmente

desnecessários (PEREIRA; SANTOS; SILVA, 2019). Salienta-se que “a história do trabalho era antes de tudo a história do escravo e de suas interações com os demais grupos sociais” (COSTA, 2010, p. 14). Nesse aspecto, a organização colonial detinha papéis distintos para os escravos e para os homens livres pobres, mesmo que ambos fossem compor o futuro “povo” que pouco a pouco, se moldaria a um mercado de trabalho particular, a partir de um processo de lenta e de difícil proletarização (RIBEIRO, 2015).

No século XIX, o trabalho escravo foi gradativamente substituído, de maneira predominante, pelo trabalho livre, este processo foi intensificado após 1850. Em 1808, a corte portuguesa chegou ao Brasil, com sua chegada foram atribuídas várias mudanças em toda a colônia, e ao longo dos anos as pressões realizadas pelo capitalismo inglês estimularam o processo de interiorização da metrópole, iniciando com essa mudança a implantação do ciclo do café; com a inserção do ciclo do café, foi intensificado o tráfico de escravo, por volta de 1850, com a intensificação do tráfico de escravos os litorais brasileiros receberam uma quantidade maior de pessoas que foram redistribuídas para as regiões onde havia plantações e também para algumas áreas urbanas (DINIZ, 2015). Conforme Steven Topik, o Brasil nesta época, obtiveram cerca de 80% da produção cafeeira do mundo e mais de 50% da borracha, que ainda estava sendo extraída. A economia no decorrer do século XIX, instituiu meios para um desenvolvimento socioeconômico regional variado (TOPIK, 1987; CROCE, 2015).

Tratando-se de uma sociedade hierarquizada, eram adotadas alternativas econômicas pelos componentes da sociedade. Sobre a configuração do trabalho desde a chegada da corte portuguesa até o fim do período imperial, Barbosa (2008, p. 71-71) destaca e Pochmann (2012) reafirma que:

[...] proliferaram típicas ocupações de elite. Eram os cabeleireiros, modistas, mestres de dança e os professores de línguas, que preenchiam os empregos honoríficos de caráter secundário. Bem abaixo, encontrava-se o “povo nobre” e o “povo mecânico”, todos rodeados de escravos. O povo nobre destacava-se por não realizar nenhum “ofício infamante”, devendo ostentar gastos e possuir escravos. [...] ao seu lado, existia uma pequena camada flutuante, que incorporava um certo prestígio - professores, pequenos burocratas, contadores, parteiras - e alguns outros como boticários, músicos e capitães de embarcação. Ainda havia os raros laboriosos que lograram uma situação confortável, como alguns ourives, escultores, calafates, pedreiros, alfaiates, marceneiros e os vários tipos de comerciantes varejistas. [...] o resto era o povo mecânico, a ralé, compondo um todo incoerente e heterogêneo, onde o estigma de cor estava sempre a obstar a ascensão social. Este segmento compunha uma população marginal, parcialmente inativa, concentrada nas cidades, sem classificação ou papel definido na reprodução do sistema, destacando-se pela fragilidade dos seus vínculos sociais.

Neste sentido, essas novas modalidades foram responsáveis por uma pequena margem de autonomia dentro da estrutura social inserida, evidenciando a distinção entre os diferentes segmentos da sociedade. Desse modo, apesar de sua precariedade, o assalariamento quase

assumia o caráter de privilégio econômico e social (FERNANDES, 2013). Com a inserção das reformas “liberais” trazidas pelo processo de independência, estabelecido no início do século XIX, e a instituição do Império do Brasil (1822- 1889), mesmo com as novas reformas, a população negra que estava em uma situação de igualdade política e civil em relação aos demais cidadãos do Brasil, não possuía possibilidades de inclusão socioeconômica, no mercado de trabalho. O processo de abolição foi marcado pela ausência de políticas públicas direcionadas para população negra livre e dos ex-escravos, contribuindo para visão marginalizada do negro (DOMINGUES, 2019).

Com a implantação, por exemplo, da Lei de Terras, de 1850, a interrupção legal do tráfico de escravos, no mesmo ano, a Lei da Abolição da Escravatura, de 1888, como consequência desses marcos legal começaram o movimento de imigração proveniente, sobretudo da Europa (com intermédio do Estado), a mão de obra dos imigrantes que chegaram ao Brasil foi gradativamente se ocupando na produção das lavouras de café (PAIXÃO, 2019). O estado realizava uma participação normativa, regularizando a transição, por meio de leis direcionadas tanto ao fim do sistema escravista quanto à viabilização de uma mão de obra disponível ao capital (DA PLAMA 2012; CONRAD, 1978). A alta imigração no país contribuiu de forma significativa para o nascimento do mercado de trabalho. Esse nascimento veio com seus vários tons e com a herança do sistema escravista. Desse modo, verificamos que o mercado de trabalho não surgiu instantaneamente, pois antes teria uma existência elementar, para aí sim se nacionalizar e se consolidar somente após 1930 (DOMINGUES, 2019).

Com todo esse contexto, verifica-se que o mercado de trabalho no Brasil se formou a partir de três eixos. O primeiro é atribuído aos ex-escravos, resultante do processo de passagem da escravidão para o trabalho livre, podendo estes finalmente ofertar sua mão de obra ao mercado de trabalho (GEBARA, 1986). O segundo eixo foi o imigrante, principal alternativa de mão de obra para o centro-sul do Brasil nas últimas décadas do século XIX, e também contribuindo para força de trabalho empregada na indústria nascente (BEIGUELMAN, 1977). O terceiro eixo diz respeito ao “elemento nacional livre”, que foi composto por homens brancos livres e pobres, negros nativos, libertos e mestiços. Foram pessoas que ao longo do período colonial e o período da escravatura pós-independência que compunham parte negligenciável da força de trabalho (KOWARICK, 1994, p. 81-82).

A constituição do mercado de trabalho instituiu novas alternativas de dominação e novas relações de trabalho, porém, fizeram uso das mesmas práticas patriarcais e autoritárias. Mesmo com o igualitarismo formal da República recém- instituída, mantinham-se um conjunto de não liberdades ao passo que o mercado de trabalho manifestar se ao máximo como realidade

incompleta e fragmentada (DOMINGUES, 2019). O crescimento do mercado de trabalho livre, como base da economia, foi seguido pela entrada significativa de uma população trabalhadora no setor de subsistência e em atividades mal remuneradas, sendo esse processo responsável pela origem ao que décadas mais tarde denominou-se no Brasil, como mercado informal. Nota-se que o perfil de ocupação da força de trabalho assumiu, então, uma nova configuração (DOMINGUES, 2019).

Na era Vargas foi verificada a reforma jurídica, que criou vínculos mais duradouros entre empregados e patrões, contribuiu com a reforma econômica, sob a forma de reserva de mercado. Esse período de 1930-1980 foi marcado pelo crescimento, pela modernização e urbanização acelerada do país. Este crescimento foi dito pela implantação da indústria brasileira, porém, até o final da década de 1920 a ação estatal era, sobretudo, normativa, passando a ser fortemente intervencionista depois de 1930. Desta forma, este período é considerado de grande importância para evolução do mercado de trabalho. Com esta implementação da indústria a população começou a se concentrar nas cidades, sendo que a grande concentração populacional até meados de 1940 estava localizada na zona rural do país, porém, nos anos oitenta aconteceu uma inversão nessa estatística, passando de mais de dois terços da população residindo em regiões urbanas e apenas um terço da população morando nas zonas rurais.

Nesse sentido, o padrão almejado de desenvolvimento integrava produção industrial e condições urbanas de reprodução social, dirigido por um Estado fortemente atuante, verticalizado e hierarquizado (FERNANDES, 2012, p. 51). Dessa maneira, mesmo com esse padrão almejado observa-se que o mercado de trabalho obteve uma extensa presença de contratos estabelecidos informalmente, contudo, mesmo com a extensa presença de contratos observaram-se um forte descompasso entre o crescimento econômico e o baixo desenvolvimento social. Segundo Costa (2010), na primeira metade dos anos oitenta ocorreu um acréscimo no desemprego, porém, foi o agravamento da distribuição de renda que se destacou. Desta forma, ocorreu um esfriamento verificado ao longo desta década em comparação a um significado movimento anterior no sentido de organizar a economia e aumentar o grau de formalização do trabalho.

Nota-se que desde o início da década de 1980 até o final da década de 1990 o Brasil passava por uma crise econômica, que teve origem ainda nos anos setenta. No procedimento de redemocratização (1979-1988), o aumento contínuo da inflação acompanhado de uma retração do crescimento econômico teve como resultado uma forte recessão. Esta década passou a ser conhecida como: a década perdida, onde o Brasil contava com aglomerado urbano,

concentrando nela grande parte de toda população do país. Essa situação de aglomeração nas cidades em conjunto com o momento econômico que estava o país, teve como sequência o aumento do desemprego na década de 1990, levando a ampliação da informalidade (POCHMANN, 1998; ATAÍDE, 2012; MATTOSO). Nesse contexto, a informalidade foi atenuada por uma retração econômica ainda forte a partir da década de 1990, como efeito de ajustes ministrados pelos governos então vigentes (Fernando Collor de Melo (1990-1992), Itamar Franco (1993-1994) e de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)), tais como a abertura comercial, a nova política industrial e as privatizações. Segundo Dedecca (2005) e Fonseca et al (2013), aconteceram mudanças no modelo econômico adotado no Brasil na década de 1990 em relação ao modelo vigente desde 1930. Se o último modelo estava, segundo Dedecca (2005) e Fonseca et al (2013), houve mudança no modelo econômico adotado no Brasil na década de 1990 em relação ao modelo vigente desde 1930. Se o último situado no desenvolvimento da base produtiva e nos mercados internos, o primeiro, implementou um processo de ampla abertura comercial que expôs inesperadamente à concorrência externa a base produtiva local, considerada na época como a via possível para a modernização econômica.

A nova dinâmica econômica, estabelecida a partir do início dos anos 90, jogou sistematicamente contra o mercado de trabalho. A baixa capacidade de geração de novas oportunidades de emprego, em um contexto de restrita regulamentação social, induziu que tal problema se manifestasse principalmente pela proliferação de ocupações de baixos rendimento e qualificação. Nesse contexto, pode-se dizer que o problema de emprego continuou extrapolando a situação de desemprego (DEDECCA, 2005, p. 109).

Há primeira década no século XXI foi considerada pela diminuição das desigualdades socioeconômicas, favorecida por uma conjuntura externa extremamente favorável. No novo ciclo, constatou-se um avanço moderado nos indicadores do mercado de trabalho, com a recuperação do emprego e da massa real de rendimentos do trabalho (FONSECA, 2013; OECD, 2009; IPEA, 2009). Com todo o avanço conquistado no início do século XXI, destacamos a regularização do trabalho na década de 2000, a valorização do salário mínimo, a ampliação do seguro-desemprego no decorrer da crise de 2008 e 2009, o movimento de aumento da formalidade do emprego, a nova regulamentação do estágio, o estímulo para inclusão do autônomo da seguridade social, dentro outras conquistas (KREIN et al, 2011).

2.2 Trabalho informal na economia piauiense

A atividade pecuária no estado é a mais tradicional. Foi uma das primeiras fontes de renda ao longo da história do Piauí. Embora a maioria dos textos citem a criação de bovinos, é grande a quantidade de caprinos, uma vez que esses animais se adaptam às condições climáticas

do semiárido e são de pequeno porte. (FREITAS, 2021). A maior parcela dos trabalhadores envolvida na atividade agropecuária do estado está na informalidade, sendo uma atividade que conta com o trabalho apenas do grupo familiar nestes casos.

A informalidade no mercado de trabalho é preponderante nas regiões Norte e Nordeste. De acordo com o IBGE o trabalho informal alcançou grandes proporções, chegando a 61,6% no Norte e 56,9% no Nordeste. Entretanto, o cenário foi diferente nas regiões Sul e Sudeste, que registraram, respectivamente, uma proporção de 34,9% e 29,1%.

O Piauí é um dos estados que possui o nível de trabalhadores em ocupação informal mais elevado (65,1%), ficando atrás apenas do Maranhão e Pará (ver tabela 01), segundo dados divulgados pela Síntese de Indicadores Sociais (SIS/IBGE) em 2019. O nível de industrialização e registro de empresas ainda é muito abaixo do ideal, principal fato gerador dessa realidade que destoa da maioria dos demais entes federativos.

Tabela 01: Maiores taxas de informalidade por unidade federativa

Estado	Taxa
1º Pará	67,9%
2º Maranhão	65,4%
3º Piauí	65,1 %

Fonte: PNAD/IBGE (2019) adaptado pela autora

Fica evidente que os estados da região Sul possuem os menores índices, com destaque para o interior do estado de Santa Catarina. Regiões Norte e Nordeste lideram em proporção de desempregados.

Tabela 02: Menores taxas de informalidade por unidade federativa

Estado	Taxa
1º Santa Catarina	23,4%
2º Rio Grande do Sul	30,4%
3º São Paulo e Paraná	31,4%

Fonte: PNAD/IBGE (2019) adaptado pela autora

É importante compreender os cenários históricos e sociais nos quais cada região está inserida. A região Nordeste ainda é economicamente mais pobre. Até mesmo em setores da economia que os estados se destacam como o turismo, grande parcela dos trabalhadores não possui vínculo empregatício formal. O turismo apresenta elevada sazonalidade e informalidade, além de remunerações baixas, em relação ao setor de serviços (SOUZA E SILVEIRA NETO, 2008).

Quadro 01: Taxa de ocupação da população piauiense em 2010

Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal				
Variável - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (Mil pessoas)				
Unidade da Federação - Piauí				
Trimestre - 1º trimestre 2021				
Posição na ocupação no trabalho principal				
Total	Empregado	Empregador	Conta própria	Trabalhador familiar auxiliar
1182	691	31	389	71

Fonte: IBGE - PNAD Contínua trimestral

No último grande levantamento realizado, mais de 32% dos piauienses trabalhavam por conta própria, além disso, 6% afirmaram serem trabalhadores familiares. Se em um primeiro momento parece muito alto a taxa de empregados (58%), é importante lembrar que nesse grupo estão incluídos trabalhadores não registrados e que, portanto, para o governo, permanecem na informalidade. De seus proventos não são descontadas contribuições para o INSS, FGTS ou contribuição sindical, mas seus direitos enquanto funcionário também não são assegurados.

Diversas outras atividades econômicas empregam mão de obra informal no estado do Piauí. Dentre as mais representativas estão: cultivo e processamento de caju e seus derivados, extração de cera e palha de carnaúba, além do turismo, concentrado principalmente no litoral e nas regiões de São Raimundo Nonato e Bom Jesus.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa documental, realizada a partir de dados secundário. A pesquisa documental é definida como aquela que se vale de materiais que não receberam um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Os dados secundários são aqueles que já foram previamente analisados, como relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, etc. (GIL, 1989).

A pesquisa foi desenvolvida visando levantamento da situação econômica do setor informal no estado do Piauí, destacando a importância desta modalidade de serviço para a economia estadual. No entanto, inicialmente foi necessário conhecer mais sobre o tema a partir do desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica. A partir da pesquisa realizada foi possível obter embasamento para o referencial teórico e assim compreender as definições de trabalho informal e bem como explorar teoricamente o setor econômico do estado do Piauí.

As variáveis de interesse do estudo foram observadas e mensuradas conforme uma estrutura natural pré-definida. Este é um estudo quantitativo, uma vez que visa compreender um fenômeno a partir da coleta de dados numéricos, que apontarão preferências,

comportamentos e outras ações que caracterizem a economia informal no estado. A pesquisa é definida como exploratória descritiva, uma vez que existem critérios que fornecem informações e orientações para as formulações das hipóteses do estudo (COOPER; SCHINDLER, 2016). A etapa descritiva tem objetivo de apresentar as características de uma população, um fenômeno ou experiência para o estudo realizado e de que forma as variáveis avaliadas contribuem para a construção do fenômeno como um todo.

3.1 Coleta de dados

Os dados foram obtidos a partir de fonte secundária, com base no levantamento realizado pela PNAD, do IBGE durante a realização do censo populacional de 2010 (última pesquisa abrangente). Os dados foram reunidos no período de outubro de 2019 a julho de 2021, com algumas interrupções do trabalho.

As variáveis analisadas foram: idade, sexo, nível de instrução, zona de origem (urbana ou rural) e taxa de ocupação no período. Os gráficos foram gerados no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao debruçar sobre as informações existentes na base de dados do IBGE, é inegável a confirmação de realidades já percebidas pela população em geral. Assim como em outros âmbitos da sociedade, no que trata de empregabilidade, questões que envolvem temas sensíveis como sexo, cor, raça e religião tentem a escancarar a desigualdade social entre esses grupos de indivíduos.

O quadro abaixo, embora resumido, mostra variações consideráveis entre grupos enquadrados nas questões elencadas anteriormente.

Quadro 01: Taxas de informalidade por sexo e cor ou raça no estado do Piauí

Piauí				
Total	Sexo		Cor ou Raça	
	Mulheres	Homens	Branca	Preta ou Parda
65,1	65,0	65,3	57,7	66,9

Fonte: PNAD/IBGE (2019) adaptado pela autora

Em relação a porcentagem por sexo, o percentual de homens e mulheres estão quase equiparados quanto ao trabalho informal no estado do Piauí, entretanto, deve-se destacar que mediante informações do IBGE, as concentrações de obrigações foram distintas entre eles. Os homens obtiveram maior pontuação quando relacionados a empregados sem carteira assinada

e trabalhadores por conta própria, enquanto as mulheres, destacaram-se no trabalho de auxiliar família, além de registrar quase o total do trabalho doméstico sem carteira. Os homens participantes do mercado atuantes na informalidade correspondem a 65,3%, as mulheres vêm logo em seguida, com 65,0%. A população preta ou parda está mais presente no mercado informal, obtendo um percentual de 66,9%, a taxa de pessoas brancas na informalidade é consideravelmente menor que a de pardos e pretos. A explicação para esse fenômeno é explicada sob diversas linhas de estudo, uma das mais aceitas diz respeito ao acesso desses grupos a educação, como pode ser visualizado no quadro abaixo:

Quadro 02: Nível de instrução dos trabalhadores informais

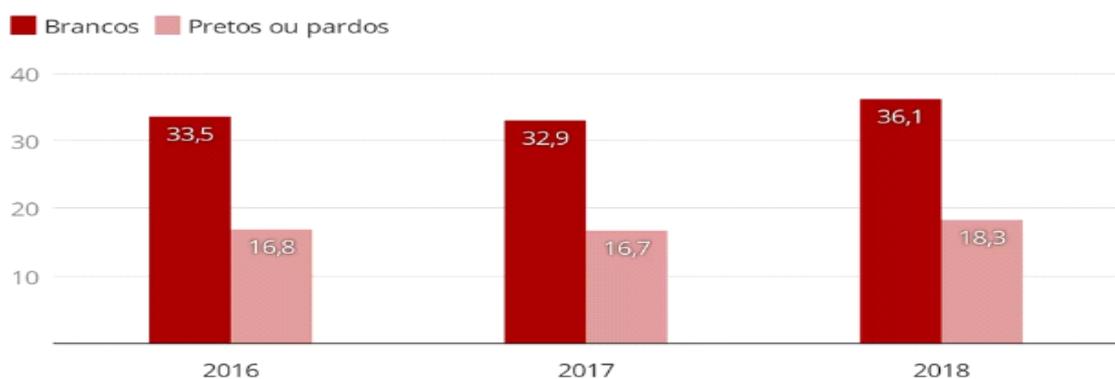
Escolaridade – trabalhadores informais no Piauí					
Trabalhadores no mercado informal	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado
100,0	52,68	15,28	22,65	9,11	0,29

Fonte: PNAD/IBGE (2019) adaptado pela autora

É notória a abissal desigualdade no acesso ao emprego formal por parte daquelas pessoas com pouca ou nenhuma instrução (52,68%) em comparação com aqueles que possuem nível superior (9,11%). Dentro dessa realidade, é importante destacar que o número de pessoas pretas ou pardas que possuem nível superior é bem menor que o número de pessoas brancas. Cabe ressaltar ainda, que o número de jovens negros cursando o ensino superior aumentou exponencialmente depois da implementação de políticas raciais em universidade, assim como aumentou o número desses sujeitos em cargos públicos devido a reserva de vagas para esse público.

A realidade do estado do Piauí não é tão diferente da vivenciada pelos demais estados nesse quesito, como pode ser observado no gráfico abaixo, com dados nacionais recentes:

Gráfico 01: jovens de 18 a 24 anos no ensino superior



Fonte: IBGE – Síntese de Indicadores Sociais (2019) – Adaptado pelo portal G1

O gráfico acima, pode ser melhor entendido pela leitura atenciosa do boletim “Mercado de Trabalho piauiense: *Panorama atual e identificação de grupos historicamente vulneráveis laboralmente*”, através das várias condicionantes analisadas. É notória a diferença no acesso ao emprego formal e renda especialmente na comparação entre homens e mulheres, brancos e pretos/pardos e pessoas com ensino superior e pessoas com baixa ou nenhuma escolarização. Por questões históricas, todos os grupos vulneráveis (sem exceção) possuem menor escolarização, menor nível de emprego e menores salários. São esses indivíduos que sobrevivem à margem do emprego formal os integrantes do contingente de trabalhadores informais encontrado em todas as partes do país.

Observa-se, diante do exposto, que o trabalho informal vem passando por um processo de expansão ao longo dos últimos anos, de modo que atingiu altos índices sobretudo no ano de 2021, no contexto da COVID-19, frente às repercussões das medidas restritivas na economia em todos os níveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora quase sempre relacionado a coisas negativas, o trabalho informal contribui para a complementação de renda de grande parcela da população. Se por um lado, o trabalhador informal não tem os direitos trabalhistas garantidos, por outro é percebido como uma forma de não contribuir para o estado, que por vezes não retorna ao cidadão as garantias mais básicas, como saúde e educação. A informalidade é a única opção de subsistência para sujeitos que não tiveram garantidos pelo estado o direito a educação e formação técnica, por exemplo.

O mercado de trabalho informal faz a economia girar. Recentemente, milhões desses trabalhadores ficaram impossibilitados de desempenhar suas atividades devido a pandemia do covid-19, com isso, o governo implementou um programa de transferência de renda emergencial, que só no estado do Piauí transferiu, segundo dados do Portal da Transparência mais de 8 bilhões e 600 milhões de reais para os trabalhadores com mais de 18 anos e sem nenhum tipo de vínculo empregatício. Embora insuficiente, tem-se com esse fato uma dimensão do impacto econômico dos trabalhadores informais para as economias de seus estados.

Evidenciou-se que diante de uma condição econômica não favorável para a população residente no estado do Piauí, a informalidade continua crescendo, seja para obtenção da renda principal ou aumento da mesma, utilizada como um meio de suprir as necessidades que surgem para uma parte significativa da população. Logo, destaca-se a indispensabilidade da criação de políticas públicas específicas para o enfrentamento dessa condição trabalhista, levando em

consideração o mercado de trabalho defasado de vagas e conjunturas que envolvam toda a população.

Desta forma, entende-se a importância de que estudos como este sejam realizados, onde é percebido através de pesquisas fornecidas por fontes confiáveis a busca da população piauiense por trabalho, público este que interfere na economia do Estado.

Espera-se que o presente trabalho sirva de incentivo para futuras pesquisas relacionadas a informalidade e a situação trabalhista no estado do Piauí, salienta-se que o estudo não perfaz o conteúdo, e a necessidade de continua pesquisa sobre o presente tema que relata a situação atual do estado, que é de grande relevância para população. Deseja-se também que os dados obtidos através da pesquisa sejam utilizados para desenvolvimento de projetos que apoiem e auxiliem na intervenção de melhorias para os trabalhadores que desenvolvem suas funções sem o amparo da formalização.

REFERÊNCIAS

ACS, Z. J.; ARMINGTON, C. Employment growth and entrepreneurial activity in cities. **Regional Studies**, v. 38, n. 8, p. 911–927, 2004.

ACS, Z. J.; BOSMA, N.; STERNBERG, R. The entrepreneurial advantage of world cities: evidence from global entrepreneurship monitor data. **Jena Economic Research Papers**, 2008.

ATAÍDE, M. A. O mundo do trabalho no Brasil a partir da década de 90: uma questão em análise. **MÉTIS: história & cultura**, v. 11, n. 22, p. 329-345, jul./dez. 2012.

BARBOSA, A. F. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda Editorial, 2008.

BEIGUELMAN, P. **Formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. São Paulo: Pioneira, 2ª ed., 1977. Boitempo, 2005.

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. Barueri: Manole, 4 ed., 2012.

COÊLHO, A. S. **O combate ao trabalho em condições análogas às de escravo no Brasil: Uma análise sobre as políticas públicas de reinserção do trabalhador resgatado entre os anos de 2012 e 2015**, 2017.

Comparativo de benefícios por estado. **Portal da Transparência**. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios?ano=2020>>. Acesso em 18 de julho de 2021.

CONRAD, R. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed., 1978.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de Pesquisa em Administração-12ª Edição**. McGraw Hill Brasil, 2016.

COSTA NETO, P. L. O. e CANUTO, S. A. **Administração com qualidade**. São Paulo: Blücher, 2010.

COSTA, M. S. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 171- 190, abr. 2010.

COUTY, L. **A Escravidão no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
CROCE, M. A. **A economia do Brasil no século XIX**. Congresso Brasileiro De História Econômica. v. 11. 2015.

DA PALMA, R; TRUZZI, O. M. S. **As articulações entre intimidade e trabalho: a construção social de um mercado de trabalho livre no oeste paulista cafeeiro**. *Sociologias*, v. 14, n. 30, p. 224-251, 2012.

DEDECCA, C. S. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 25, n. 1 (97), p. 94-111, jan./mar. 2005.

DEDECCA, C. S.; BALTAR, P. E. A. **Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90**. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 27, n. especial, p. 65-84, 1997.

DINIZ, L. N. **Os homens livres pobres na transição do trabalho escravo para o livre na Paraíba oitocentista**. 2015.

DOMINGUES, P. J. **Uma história não contada**: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. Editora Senac, São Paulo, 2019.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FANTINATO, M. **Métodos de pesquisa**. São Paulo: USP, 2015.

FERNANDES, A. Urbanismo como política (1930-1945): formulações e experiências. In: REZENDE, Vera (org.) **Urbanismo na Era Vargas**: a transformação das cidades brasileiras. Niterói: UFF/Intertexto, p. 45-70, 2012.

FERNANDES, F. A. **Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Ática, v. 1, 3ª ed., 1978.

FERNANDES, F. A. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Global, 5ª ed., 2013.

FONSECA, P. C. D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Revista Pesquisa e Debate**, São Paulo, PUCSP, 15(2), p. 225-56, 2004.

FONSECA, P. C. D.; CUNHA, A. M.; BICHARA, J. S. O Brasil na Era Lula: retorno ao desenvolvimentismo? **Nova Economia**, v. 23, n. 2, p. 403-428, mai.-ago. 2013.

FREITAS, Eduardo de. "Economia do Piauí "; **Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/economia-piaui.htm>> Acesso em 14 de julho de 2021.

GEBARA, A. **O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GEM, Global entrepreneurship monitor. **Empreendedorismo no Brasil**: relatório executivo de 2001 a 2013. Curitiba: IBQP. Disponível em: <<http://www.ibq.org.br>> Acesso em: 06 abr. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1987.

HASHIMOTO, Marcos. **A motivação dos empreendedores**. Revista Pequenas Empresas e Grandes Negócios, 2011. Disponível em: <<http://revistapegn.globo.com/Revista/Common/0,,EMI227803-17141,00A+MOTIVACAO+DOS+EMPREENDEDORES.html>>.. Acesso em: 06 Nov. 2020.

IANNI, O. **O Progresso Econômico e o Trabalhador Livre**. In: História Geral da Civilização Brasileira, tomo 2, v. 3, HOLANDA, S. B. (Org.), São Paulo: Bertrand Brasil, 8ª ed., 2004.

JIMÉNEZ, A.; PALMERO-CÁMARA, C.; GONZÁLEZ-SANTOS, M. J.; JERÓNIMO, G. B.; JUAN ALFREDO, J. E. **The impact of educational levels on formal and informal entrepreneurship**. Business Research Quarterly, v. 18, n. 3, p. 204–212, 2015.

KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

KREIN, J. D.; SANTOS, A. L.; NUNES, B. T. Trabalho no governo Lula: avanços e contradições. **Revista ABET**, v. X, n. 2, jul./dez. 2011.

LAZEAR, E. P. Entrepreneurship. **Journal of Labor Economics**, v. 23, n. 4, p. 649–680, 2005.

Lima, J. C. **Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho**. Sociologias, 158- 198, 2010.

MARQUES, R. Ma. **Economia brasileira**. Saraiva, 2018.

MELHADO, J. P; PLASTER, J; YOONG, P.S. **Empreendedores brasileiros, perfis e percepções**. Endeavor Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.endeavor.org.br/pesquisas/empreendedores_brasileiros_perfis_percepcoes_relatorio_completo.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2019.

MENEZES, G.; SANTOS QUEIROZ, V. DOS; FEIJO, F. T. Determinantes do empreendedorismo no Brasil: uma análise da escolha ocupacional e dos rendimentos. In: **Anais do XIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (ENABER)**, 2015, ABER, Curitiba-PR, 2015.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo:

PAIXÃO, R. **Vinhedo: Das aldeias indígenas aos condomínios fechados**. Horizonte, 2019.

PEREIRA, A. M; SILVA, R. S.; SILVA, P. R. Desigualdades na informalidade: uma análise das Regiões Nordeste e Sudeste do Brasil. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 13, n. 4, p. 33-46, 2019.

Piauí tem recorde de desocupação e quase 60% dos trabalhadores na informalidade, diz Pnad. TV Clube, Teresina, 31 de outubro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2021/08/31/piaui-tem-recorde-de-desocupacao-e-quase-60percent-dos-trabalhadores-na-informalidade-diz-pnad.ghtml>. Acesso em: 22 de fevereiro, 2022.

PIRES, J. M.; DA COSTA, I. N. **O capital escravista-mercantil e a escravidão nas Américas**. EDUC-Editora da PUC-SP, 2014.

POCHMANN, M. **Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. Boitempo Editorial, 2012.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO JR., C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. Global, 2015.

RITSCH, M.; MUELLER, P. The effect of new business formation on regional development over time: the case of Germany. **Small Business Economics**, v. 30, n. 1, p. 15–29, 2007.

ROBINSON, P. B.; SEXTON, E. A. The effect of education and experience on self-employment success. **Journal of Business Venturing**, v. 9, n. 2, p. 141–156, 1994.

SARAIVA, Adriana; RENAUX, Pedro. Pesquisa revela retrato inédito do mercado de trabalho do interior do país. **Agência de Notícias IBGE**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25066-pesquisa-revela-retrato-inedito-do-mercado-de-trabalho-do-interior-do-pais>>. Acesso em 04 de julho de 2021.

SKIDMORE, T. E. **Uma história do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª ed., 2003.

SLENES, R. **Senhores e Subalternos no Oeste Paulista**. In: História da Vida Privada no Brasil, v. 2, ALENCASTRO, L. F. (Org.), São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOARES, A.P; BASTOS, D. Empreendedorismo e planejamento: um estudo sobre a utilização do plano de negócios nas pequenas e médias empresas. In: **SIMPÓSIO DE GESTÃO E ESTRATÉGIA EM NEGÓCIOS**, 2007, Seropédica/RJ. Anais. Seropédica/RJ: SIMGEN, 2007.

SOARES, J. C. V; ZAMBERLAN, L; SANTOS, C. S; MACAGNAN, I. P. **Capacitação empresarial: uma experiência de integração governo/universidade em empresas do noroeste do rio grande do Sul – resultados preliminares**. SIMPÓSIO DE GESTÃO E ESTRATÉGIA EM NEGÓCIOS, 5, 2007, Seropédica/RJ. Anais... Seropédica/RJ: SIMGEN, 2007.

SODRÉ, N. W. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 5ª ed., 1976.

SOUZA, P. I. A.; SILVEIRA NETO, R. M. . Turismo no Nordeste: Afinal, Qual é a Importância da Atividade para a Região? In: **XIII Encontro Regional de Economia**, 2008, Fortaleza-CE.

THEODORO, M. L. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, M. L. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, p. 15-43, 2008.

THEODORO, M. L. As Características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. Brasília: IPEA, 2005. In: RAMALHO, P. J.; ARROCHELLAS, M. H. (Orgs.). **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez, p. 91-126, 2005.

TOPIK, S. **A Presença do estado na Economia Política do Brasil. 1889 a 1930.** São Paulo: Record, 1987.

Trabalho informal cresce 13% no Piauí e estado registra a menor taxa de desocupação desde 2016. **TV Clube**, Teresina, 30 de novembro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2021/08/31/piaui-tem-recorde-de-desocupacao-e-quase-60percent-dos-trabalhadores-na-informalidade-diz-pnad.ghtml>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2022.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
(X) Monografia
() Artigo

Eu, Caruamy Adalgiza de Figueiredo Silva,
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
Influência do setor de Trabalho Informal na
Economia do Piauí
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 20 de maio de 2022.

Caruamy Adalgiza de Figueiredo Silva
Assinatura

Assinatura